

Gasto por habitante é de R\$ 80 ao ano

Ronaldo Brasiense
Da equipe do Correio

Instalado em sua sala no oitavo andar do prédio-sede do Ministério da Saúde, o médico Keiji Yamamoto não se cansa de exibir um anúncio publicado em uma revista paulistana. Nele, três planos de saúde para animais são ofertados.

Para garantir a saúde de um gato, por exemplo, o plano Vet-Saúde cobra R\$ 14 por mês. Em um ano, os gastos com o bichano saíam por R\$ 168.

“Hoje, o governo brasileiro gasta R\$ 80 por habitante/ano. Quer dizer: gatos com plano de saúde recebem o dobro de um cidadão”, aponta Yamamoto.

Gatos, cães e cavalos contemplados pelos três planos de saúde paulistas para bichinhos têm melhor sorte que a grande maioria da população brasileira. Essa distorção tem levado

o setor saúde do país à UTI.

Abacaxi — Tirar a saúde da UTI é uma das missões do nissei Yamamoto, administrador hospitalar, 45 anos, um dos “homens de ouro” do ministro da Saúde, Adib Jatene, que tem para descascar um dos maiores “abacaxis” da República.

Chefe do Departamento de Controle dos Serviços de Saúde do ministério, é dele a responsabilidade de abrir a torneira de recursos.

Para Yamamoto, que acompanha Jatene desde 1979, o ministério tem sido ágil no combate às fraudes no setor.

Por isso, ele descarta a tese de que, se acabassem as fraudes, o Ministério da Saúde não necessitaria da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF).

“O nível de fraudes nos hospitais brasileiros não passa de 3% do total pago”, afirma Yamamoto.



Até Bolívia investe mais

Fumando sem parar, ao contrário de Jatene, um chefe antitabagista, Yamamoto critica os pífios gastos do Brasil com a saúde: foram apenas US\$ 67 por habitante em 1994, contra US\$ 87 em 1993.

Isso quando nossos vizinhos do Cone Sul como o Uruguai e Argentina, gastam US\$ 370,32 e US\$ 255,78 *per capita*, respectivamente.

O Brasil perde até para a Bolívia, que investe algo em torno de US\$ 150/ano por habitante.

Fica atrás também do México, que gasta US\$ 189, e a anos-luz do Canadá, que investe US\$ 2.500/ano per capita.

O que não se pode, segundo Yamamoto, é tentar esconder o sol

com a peneira. “Hoje pagamos por um parto R\$ 110 e apenas R\$ 2,04 por uma consulta simples, o que, temos que reconhecer, é muito pouco”, pondera.

As primeiras medidas adotadas pelo ministro Adib Jatene para evitar as fraudes se reverteram em sucesso.

Ao limitar o uso das AIHs (Autorização de Internação Hospitalar), Jatene conseguiu em seis meses uma economia de R\$ 112 milhões.

“Não tem jeito. Ou se cria a Contribuição Provisória ou a saúde vai à lona”, reconhece o deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP), ex-secretário de Saúde de São Paulo na gestão de Luiza Erundina.

Estudo mostra disparidades

Nos intervalos da maratona que vem promovendo para garantir a aprovação da CMF, o ministro da Saúde, Adib Jatene, costuma presentear seus interlocutores com um estudo técnico.

Elaborado pelo economista André Médici, o dossiê “Considerações sobre o financiamento da saúde no Brasil: Condicionantes estruturais explicam necessidades conjunturais” é uma espécie de bíblia na equipe de Jatene.

E não sem motivo. No estudo, Médici faz um apanhado dos investimentos na saúde em território brasileiro de 1988 a 1994. O que exhibe, é um verdadeiro retrato do caos no setor.

O Brasil gastou US\$ 11,3 bilhões com a saúde em 1989. Em 1992, somente US\$ 6,6 bilhões — apenas US\$ 44,30 per capita. Nos últimos dois anos, os gastos federais voltaram para patamares superiores a US\$ 10 bilhões.

“Esperamos que em 1995 o gasto federal com saúde chegue a um patamar mínimo de US\$ 100 per capita”, diz Médici. “Até mesmo países da América Latina mais pobres desembolsam isso”.

Inflação — O que agrava o problema, diz ele, é que, os preços de bens e serviços de saúde aumentam mais do que os índices gerais de preços.

O Brasil não foge à regra. Com base nas taxas de inflação medidas pelo INPC e pelo INPC-Saúde entre 1980 e 1994, Médici comprovou que a inflação do setor aumentou 88% acima da inflação média brasileira.

“Num país com a desigualdade de renda como o Brasil, poucos podem pagar pelos serviços de saúde”, pondera o economista.

No Brasil somente 35 milhões de pessoas têm acesso aos serviços de saúde privada. Os demais 120 milhões dependem dos serviços públicos.

De março de 1990 a março de 1994, os gastos com saúde aumentaram 40,9% acima do INPC geral.